



VISÃO EMPRESARIAL

Elaine Deboni

Vice-presidente da Associação Comercial de Porto Alegre (ACPA) para Micro e Pequenas Empresas e CEO do Pop Center

Empreendedores, continuem acreditando no Brasil

Ao passo que me despeço de minhas atribuições como vice-presidente da Associação Comercial de Porto Alegre (ACPA) eu gostaria de agradecer a toda diretoria da instituição que diariamente trava o bom combate em prol dos invisíveis heróis brasileiros: os empreendedores. Agradeço à querida Suzana Vellino Englert pela confiança em mim depositada e faço votos que a nova administração seja ainda mais exitosa.

Sou de uma geração de mulheres que ousaram empreender desde cedo quebrando paradigmas na economia, nos costumes e nas famílias. Olho para trás e sinto orgulho de inúmeras barreiras que transgredimos para que as empreendedoras e empreendedores deste País tivessem mais respeito, dinamismo e sintonia. No entanto, ainda não conseguimos vencer grandes desafios do nosso desenvolvimento tardio: o maior deles no tocante ao trabalho é a produtividade. Produtividade é condicionante à melhora consistente da renda e vale lembrar que o Brasil apenas aumentou sua produtividade em 0,2% desde 1981 (Abimaq). Não existe nenhum país que se desenvolveu na história recente que não tenha endereçado através de educação, emprego e seguridade social o problema da baixa produtividade. Aqui cito exemplos de minha admiração que são Coreia do Sul e Singapura.

Voltando ao presente, hoje vivemos a discussão a respeito da redução da jornada de trabalho ou a chamada escala 6x1. Acredito que em um país com tantos deveres de casa a cumprir, a jornada de trabalho deveria ser regulamentada pelo mercado e não por lei. Um recente estudo da FGV/IBRE aponta uma redu-

ção de até 6,2% do PIB caso a jornada semanal de trabalho seja reduzida de 44 para 36 horas semanais. É ingênuo e pernicioso pensar que a simples redução de jornada de trabalho aumentará o número de empregos e de massa salarial do País.

Ingênuo pois 99% dos CNPJs do Brasil são de micro e pequenas empresas (MPEs) e essas empresas pagam até 33% sobre a folha de pagamento na modalidade do Simples. Quando falamos de empresas no regime de lucro real ou presumido, estamos falando de até 68% sobre a folha de pagamento. Pensar que a redução de jornada seria benéfica é pernicioso pois esconde a realidade que estas mesmas MPEs são responsáveis por 52% de todos os empregos do País, 27% do PIB e 40% da massa salarial. Essas mes-

mas empresas estão à mercê não apenas de altos encargos para empregar, mas também de altos juros para capital de giro.

No Brasil, 30% das MPEs do Brasil fecha as portas antes dos cinco anos de existência,

em sua maioria por falta de acesso ao crédito, e essa taxa de juros abusiva nada mais é do que a consequência de um histórico descontrole fiscal histórico gerador de inflação e retroalimentado por dívida interna. Uma vez mais, os empreendedores estão lançados à própria sorte no tocante à estabilidade econômica.

O que tenho a dizer às novas gerações que enfrentarão debates como este é: coragem, perseverança e fé no Brasil. Nosso País é feito de sonhadores invisíveis que não se contentam com o status quo e lutam diariamente contra a desfaçatez de quem supostamente vende ideias sem embasamento em ano de eleição.

Quando falamos de empresas no regime de lucro real ou presumido, estamos falando de até 68% sobre a folha de pagamento

OPINIÃO

A força da Mostra Elite Design na economia gaúcha

Flavia Sffair

Empresária e diretora da Mostra Elite Design

A economia criativa tem um papel cada vez mais estratégico no desenvolvimento regional, e a Mostra Elite Design é um reflexo claro desse movimento. Ao longo das nossas oito edições, construímos muito mais do que uma exposição de ambientes: consolidamos uma plataforma de conexões, oportunidades e crescimento para todo o ecossistema de arquitetura, design e decoração no Rio Grande do Sul.

Desde 2017, quando iniciamos essa jornada, já reunimos mais de 300 profissionais e impactamos um público de dezenas de milhares em todas as edições. Esses números não representam apenas alcance — eles traduzem a força de um setor que se movimenta a partir da colaboração, da inovação e da capacidade de transformar ideias em experiências concretas. A cada edição, cerca de 200 oportunidades de trabalho são geradas, envolvendo diferentes áreas e fortalecendo uma cadeia produtiva ampla e dinâmica.

Em 2026, a Mostra Elite Design, que ocorre de 24 de abril a 27 de junho, na Rua Dom Pedro II, 1010, em Higienópolis, tem a expectativa de movimentar aproximadamente R\$ 2,5 milhões. Esse investimento con-

templa desde mão de obra até mobiliário, iluminação, tecnologia e decoração, evidenciando o quanto o setor é capaz de impulsionar a economia de forma direta e indireta. Mais do que isso, a Mostra cria um ambiente propício para o surgimento de novos negócios, já que as conexões entre profissionais, marcas e fornecedores começam muito antes da abertura ao público e se estendem após o evento.

Outro aspecto fundamental é o perfil do nosso público. Recebemos majoritariamente consumidores finais, pessoas que estão construindo, reformando ou buscando transformar seus espaços. Isso torna a mostra uma vitrine altamente qualificada, conectando quem deseja investir com quem oferece so-

luções criativas e inovadoras. É nesse encontro que surgem parcerias, contratos e projetos que seguem se desdobrando ao longo do tempo.

Além do impacto econômico, há também uma contribuição importante para a cidade. A realização da mostra movimentou o entorno, ativa o comércio local e valoriza a região onde estamos inseridos. É um efeito que começa na montagem e continua durante toda a visitação, ampliando a circulação e gerando oportunidades para diversos setores. Quando conectamos talento, propósito e mercado, criamos não apenas experiências, mas resultados concretos que fortalecem toda uma cadeia e deixam um legado duradouro.

Desde 2017, quando iniciamos essa jornada, já reunimos mais de 300 profissionais e impactamos um público de dezenas de milhares em todas as edições



Aluguéis e a reforma tributária: hora de se preparar

Giancarlo Turmina Bristot

Diretor Administrativo e Financeiro do Grupo Guarida

A reforma tributária começa a impactar, de forma concreta, o mercado de locação de imóveis a partir de 2026. Embora a implementação seja gradual, o momento já exige atenção de proprietários e investidores. Mais do que uma mudança de tributos, trata-se de uma nova lógica de funcionamento.

Hoje, pessoas físicas que recebem aluguel recolhem apenas o Imposto de Renda via carnê-leão. Com a criação do IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) e da CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), parte desses contribuintes passará a ter novas obrigações, como a emissão de nota fiscal e pagamento desses novos tributos. No entanto, a regra não será

para todos: apenas quem tiver quatro ou mais imóveis alugados e rendimentos de locação anuais superiores a R\$ 240 mil será enquadrado. Ainda assim, trata-se de um grupo significativo, especialmente em cidades com forte mercado imobiliário e perfil de investimento em renda.

Para pessoas jurídicas, o impacto também é direto. Já a partir de 2026, será necessário emitir nota fiscal para cada operação de locação, ainda que os novos tributos sejam apenas destacados, sem o pagamento efetivo. Esse período de transição é estratégico: ele existe justamente para permitir adaptação, revisão de processos e maior previsibilidade antes do início efetivo da cobrança, em 2027.

Um ponto que merece atenção é que, apesar da criação de novos tributos, há previsão de redução

de até 70% nas alíquotas para atividades de locação. Isso indica uma tentativa de calibrar o impacto sobre o setor, ainda que o percentual final dependa da definição das alíquotas gerais do novo sistema. Ou seja, ainda há variáveis importantes em aberto.

No centro do debate está a mudança de lógica. A locação de imóveis, historicamente tratada de forma mais simples no sistema tributário, passa a exigir maior formalização. Nesse contexto, a atuação conjunta de contadores e assessores especializados deixa de ser recomendação e passa a ser necessidade.

A implementação será gradual, com transição prevista até 2033. Isso significa que há tempo para adaptação — mas não para inércia. Quem se antecipa tende a atravessar esse processo com mais segurança e menos custo.